

Tombamento: emendas aumentam a polêmica

Críticas de um lado, medidas judiciais de outro: A entrega de um conjunto de emendas elaboradas pelo NEC (Núcleo de Estudos Constitucionais), da Unicamp, e pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) à Câmara Municipal ontem à tarde acabou transtornando ainda mais o já tão confuso clima de trabalho da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica, que, entre outros aspectos, aprovou o poder de tombamento de imóveis pelo Legislativo. Disparando mais críticas contra a "liberdade de ação" dos vereadores, o ator e representante do NEC, Marcos Kaloy, demonstrou estranheza diante de "algumas emendas inconstitucionais aprovadas pela Sistematização" e acabou deixando clara sua opinião de que "os vereadores não são capacitados para analisar questões relacionadas ao tombamento".

A resposta veio curta e grossa: os vereadores pediram à mesa diretora da Câmara que tome medidas legais contra Kaloy, que também afirmou à Imprensa a possibilidade das empreiteiras de obras "molharem as mãos" dos vereadores, a fim de que aprovem e demolição de casas para a construção de prédios. "Ele terá que confirmar na Justiça tudo o que disse", garantiu o presidente da Sistematização, Edvaldo Orsi. O vereador Tadeu Marcos (PFL) se mostrou ainda mais contrariado com as palavras de Kaloy: "Se ele tem conhecimento de algum suborno, que dê nome aos bois; não se pode esquecer que o vereador é autoridade máxima no Município, caso ele queira ou não".

Ao perceber o clima desfavorável obtido com a repercussão de suas críticas, Kaloy explicou que "não havia acusado nenhum dos vereadores e que a colocação foi equivocada e infeliz mas como cidadão tenho que pensar em todas as possibilidades que envolvem a elaboração

de uma lei". Para ele, uma lei municipal deve estar preparada para prevenir a atuação de lobbies econômicos.

Emendas

O conjunto de oito emendas apresentadas pelo NEC se refere principalmente à área de cultura da cidade. Vários artistas, que estiveram reunidos nas últimas semanas para discutir o capítulo de cultura da Lei Orgânica, estão pedindo que os recursos destinados a esta área anualmente não poderão ser inferiores ao percentual do orçamento aplicado no exercício do ano anterior; pedem também que locais como shopping centers reservem espaços físicos para manifestações e empreendimentos culturais. Além disso, as emendas sugerem a criação, manutenção e abertura de corpos artísticos estáveis de música, dança, teatro para a produção e apresentação de manifestações culturais. O NEC quer também que a Sistematização suprima um dos incisos do artigo 229, considerado inconstitucional.

Já o Condepacc apresentou três emendas: duas supressivas, uma ao inciso 19 do artigo 7º e outra ao artigo 233 inteiro, além da terceira que prevê uma nova redação para o artigo 233. A supervisora da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Ana Villanueva, explica que as emendas foram enviadas pela AEAC (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas), órgão que faz parte do conselho de entidades ligadas ao Condepacc.

"Eles pediam que a Câmara tivesse a competência exclusiva para tombamento de imóveis sendo a responsável pela prévia autorização para que o tombamento acontecesse. Na verdade o Condepacc é o órgão que tem esta competência", garante Ana. As emendas do Condepacc foram protocoladas no final da tarde de ontem, separadamente daquelas que foram enviadas pelo NEC.



Entrega de emendas: as divergências se ampliam